

12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Fortalecer o SUS, os Direitos e a Democracia

MOÇÃO DE REPÚDIO

GT - Saúde do Trabalhador

A Saúde do Trabalhador, como campo da Saúde Coletiva e historicamente comprometida com a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, vem publicamente **repudiar** as políticas de desmonte do Estado Brasileiro, com destaque para a destruição da Seguridade Social, incluindo o desmonte do SUS, e os retrocessos já instituídos pela “reforma” trabalhista, lei da terceirização, congelamento dos gastos públicos para os setores da Educação, Saúde e Assistência Social, Desvinculação de Receitas da União (DRU); além da proposição de uma “reforma” da Previdência Social, argumentada sobre falsas premissas e que levaria ao fim dos seus princípios fundamentais de ser pública, solidária e de repartição simples.

A reforma trabalhista altera e retira inúmeros direitos dos (as) trabalhadores (as), com destaque para: adoção de regimes parciais, contratos temporários, flexibilização da jornada de trabalho, trabalho intermitente, prevalência do negociado sobre o legislado, estímulo a acordos individuais, esvaziamento da ação coletiva e sindical, restrição da ação dos agentes públicos, a exemplo da Justiça do Trabalho, introdução de programas de demissão voluntária, entre outros. Seus impactos na saúde e na vida dos trabalhadores, das trabalhadoras e de suas famílias já são observados. Além disso, ao aprofundar a precarização do trabalho e o desemprego, a reforma trabalhista traz impactos diretos sobre a Previdência Social de caráter público, como diminuição de arrecadação e cobertura, além de já ter aberto espaço para a previdência privada, atingindo gravemente a proteção social de milhões de famílias em todo o país. Trata-se de uma verdadeira reforma escravagista.

A perda de direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas cotidianas, associada ao desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), projeta um cenário de barbárie sanitária.

Para a superação deste cenário, socialmente devastador, é fundamental o fortalecimento da Saúde Coletiva e de sua relação com os movimentos sindicais e sociais, na perspectiva da retomada de seu papel histórico na luta pelos direitos sociais, pela justiça, democracia e contra as inequidades.

O 12º Congresso de Saúde Coletiva da ABRASCO repudia as políticas de desmonte do Estado Brasileiro e da perda dos direitos sociais e exige a revogação das leis da terceirização, da reforma trabalhista e da Emenda Constitucional nº 95/2016.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2018.